

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução - LET
Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação

ARIEL HERINGER DINIZ SALLES DA SILVA

**Ciberfeminismo e Estrangeirismos:
O Uso de Palavras Estrangeiras em Discussões Feministas no
Ciberespaço**

Brasília, 2020

ARIEL HERINGER DINIZ SALLES DA SILVA

**Ciberfeminismo e Estrangeirismos:
O Uso de Palavras Estrangeiras em Discussões Feministas no
Ciberespaço**

Monografia apresentada ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas – LEA/MSI

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Norma Diana Hamilton

Brasília

2020

**Ciberfeminismo e Estrangeirismos:
O Uso de Palavras Estrangeiras em Discussões Feministas no Ciberespaço**

Monografia submetida à banca examinadora abaixo identificada, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação.

Brasília, _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Susana Martínez Martínez
Departamento de Línguas Estrangeiras e
Tradução
LET/UnB

Prof. Dr. Fidel Armando Cañas Chávez
Departamento de Línguas Estrangeiras e
Tradução
LET/UnB

Prof^a. Dr^a. Norma Diana Hamilton
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
LET/UB

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo, por me permitir ser. Aos meus familiares, os de sangue e os de coração, que me deram todo o tipo de suporte para que eu chegasse até aqui.

Aos meus professores, que me acompanharam tanto na jornada acadêmica quanto no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus companheiros de curso e de vida universitária. O conhecimento adquirido a partir das experiências que vivemos juntos é um grande aprendizado que levo comigo.

À Virgínia Turra, que foi e é como uma grande guia para mim, na vida acadêmica, psicológica e espiritual.

A mim mesma, por ter conseguido.

Ciberfeminismo e Estrangeirismos:

O Uso de Palavras Estrangeiras em Discussões Feministas no Ciberespaço

RESUMO: Este trabalho visa analisar o uso de estrangeirismos em discussões ciberfeministas brasileiras, por meio de uma análise histórica e de uma perspectiva descolonial dos movimentos feministas. Desenvolve-se, então, uma reflexão sobre a interação dessa perspectiva e materiais de consulta (como glossários e dicionários online) para possibilitar o entendimento de tais termos estrangeiros. Desta forma, o principal objetivo deste trabalho é trazer um entendimento mais aprofundado sobre o que significa o uso de estrangeirismos em discussões ciberfeministas brasileiras, para que seja possível construir feminismos que atendam às demandas das mulheres brasileiras e seus diversos contextos.

Palavras-chave: Ciberfeminismo. Estrangeirismos. Feminismo descolonial. América Latina. Ciberespaço.

Cyberfeminism and Foreign Words:

The Usage of Foreign Words in Online Feminist Discussions

ABSTRACT: This paper intends to analyse the usage of foreign terms in cyberfeminist Brazilian discussions. Throughout an historical analysis and a decolonial perspective of the feminist movements, the understanding of what are foreign words and the Brazilian historical and social context, a reflection was developed. The analysis consists of thinking the relations between the mentioned factors and the existence of consulting materials (as glossaries and dictionaries) which help the understanding of the foreign words that are used. Thus, the main goal of this paper is to instigate a broader understanding of what it means to use foreign words in Brazilian cyberfeminist discussions, so that it facilitates the uprising of feminisms that offer support to the needs of the Brazilian women in their varied contexts.

Key-words: cyberfeminism. foreign words. decolonial feminism. Latin America. cyberspace.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. REFLEXÕES TEÓRICAS	10
1.1. História do movimento feminista tradicional	10
1.2. Feminismo local	13
1.3. Feminismo latino-americano	15
1.4. Feminismo descolonial	17
1.5. Ciberfeminismo e o ciberespaço.....	19
1.6. Estrangeirismos	22
1.6.1. O uso de estrangeirismos	23
2. METODOLOGIA	25
2.1 Origem da pesquisa	25
2.2 Procedimentos metodológicos	25
3. RELAÇÕES QUE ENVOLVEM O USO DE ESTRANGEIRISMOS EM DISCUSSÕES FEMINISTAS ONLINE E SUAS PROBLEMÁTICAS	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
ANEXO 1	Error! Bookmark not defined.
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho se concentra no uso de estrangeirismos nas discussões fomentadas pelas ciberfeministas brasileiras, pensando no contexto histórico-social do Brasil como um país pertencente à América Latina, na construção do pensamento feminista e no papel do discurso e da língua na formação da identidade cultural das pessoas brasileiras.

A graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação da Universidade de Brasília oferece aos graduandos em seu currículo de disciplinas duas matérias que tratam dos estudos do léxico geral e específico de uma língua, assim como as áreas de pesquisa associada a esses estudos: Língua, léxico e terminologia 1 e 2. A partir do conhecimento adquirido e dos trabalhos realizados nas disciplinas, foi notado que devido à grande presença de estrangeirismos em discussões feministas que aconteciam espontaneamente no ciberespaço através das redes sociais, surgiu também a necessidade de explicar ou tentar traduzir o significado das palavras que estavam sendo usadas nas discussões, pois “muitas meninas que querem conhecer o feminismo se deparam com ‘palavrões’ e acabam se assustando e achando que a luta não é para elas. Por isso, criamos este dicionário simples com os jargões mais usados na militância.” (COSTA, Thaís. Dicionário feminista. Eu, tu, elas, 2016)¹. Desta forma, as organizadoras de alguns desses espaços online de discussão criaram glossários e dicionários online que definem os termos mais frequentemente utilizados.

Assim, conclui-se que as pessoas que promovem espaços *online* para a realização de discussões de temáticas feministas perceberam que era necessário não só disponibilizar um local para discussão mas também uma fonte de consulta para a melhor compreensão das discussões, de maneira que tais discussões fossem compreendidas por todos que se deparavam com elas. O blog “Eu, tu, elas” publicou uma postagem em seu site chamada “Dicionário Feminista”, que de forma colaborativa com seus leitores constrói um dicionário de palavras em português e palavras estrangeiras utilizadas em suas discussões. O Portal Géledes, do Géledes Instituto da Mulher Negra, também notou essa necessidade e oferece um glossário, também para ser consultado por seus leitores caso dúvidas sobre o significado de algum termo surjam no decorrer do consumo do material que o portal oferece. O blog Diários de uma Feminista possui também uma postagem intitulada

¹ Disponível em: <https://feminismonapratica.wordpress.com/2016/01/24/dicionario-feminista/>. Acesso em: 21/10/2020

“Glossários de termos usados na militância feminista (atual)” que oferece os significados de palavras utilizadas tanto em discussões feministas quanto em discussões de pautas adjacentes ao feminismo, como a luta de classes e o movimento negro.

Portanto, ao concentrar-me no uso de estrangeirismos nas discussões ciberfeministas brasileiras, busco analisá-lo a partir de uma perspectiva descolonial para gerar e fomentar a reflexão sobre como se dá a relação entre o uso deste tipo de neologismo e a luta feminista no ciberespaço.

1. REFLEXÕES TEÓRICAS

1.1. História do movimento feminista tradicional

Para tratar dos objetivos deste trabalho faz-se necessário refletir sobre a história dos movimentos feministas, passando pelas particularidades do movimento na América Latina, assim como analisar o surgimento do ciberfeminismo¹. No século XIX, o feminismo tradicional/*mainstream*, movimento que veio a ter suma importância na história da humanidade, teve início quando as mulheres da época começaram a questionar a realidade que lhes era imposta. A realidade vivenciada por elas as colocava num lugar de inferioridade em relação aos homens, e assim começaram a procurar maneiras de subverter a ordem então vigente.

A história do feminismo tradicional é apresentada como um movimento constituído por ondas, e que privilegia o discurso branco e eurocêntrico das mulheres que eram representadas pelo movimento. É necessário fazer esta explicação, para que esteja explícito que o que se conhece como a história do feminismo tradicional não abarca de fato a história de todas as mulheres que lutaram e lutam por sua emancipação e igualdade, já que as necessidades das mulheres não brancas, imigrantes e pobres tinham pouca ou nenhuma visibilidade no movimento.

Segundo a historiadora estadunidense Martha Rampton (2015), alguns pensadores datam as raízes das ideias do feminismo, antes de ganhar a nomenclatura “feminismo”, na Grécia Antiga; e, posteriormente, ainda em um momento anterior ao feminismo tradicional, outras personalidades como Jane Austen² colaboraram com importantes acréscimos à construção do pensamento feminista. De acordo com a historiografia tradicional, este se solidificou no final do séc. XIX e começo do séc. XX na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Portanto, a primeira onda do feminismo se deu no final do século XIX e início do século XX. Começou oficialmente na Convenção de Seneca Falls realizada no estado de Nova Iorque nos Estados Unidos em 1848, quando Elizabeth Cady Stanton estabeleceu as ideologias e políticas que seriam adotadas pelo novo movimento. Mulheres inglesas e estadunidenses se uniram ao questionar sua falta de participação nos processos eleitorais

¹ Movimento feminista caracterizado pela utilização do ciberespaço como ferramenta e como local de atuação da luta feminista.

² Escritora inglesa que trata de temas feministas em seus romances.

e políticos, assim como ao reivindicar direito ao trabalho e direitos civis (como por exemplo, acesso a atendimento ginecológico). Essas pautas desafiaram o que se chama de culto à domesticação, que perpetuava a ideia de que as mulheres eram inferiores moralmente, intelectualmente e fisicamente aos homens, além de delimitar o espaço de atuação das mulheres ao ambiente familiar, com tarefas como cuidar da casa, do marido e dos filhos. Com a intenção de se fazerem existir em outros âmbitos e serem consideradas como parte ativa da sociedade, o movimento trouxe a debate a ideia do que seria ser de fato uma mulher, e a partir dessa discussão, foi criada a categoria Mulher, no sentido de tentar estabelecer as necessidades únicas que os indivíduos que faziam parte dessa categoria tinham.

Em razão da primeira onda ter sido impulsionada por mulheres brancas, de classe média, inglesas e estadunidenses, apesar de válidas, as reivindicações da primeira onda não cumpriram de fato o que o movimento dizia defender e ter como objetivo, “a luta universal pelas mulheres”. Pois, ao definir e conquistar os direitos das mulheres da época, apenas o contexto daquele grupo exclusivo de mulheres da sociedade foi considerado e analisado na constituição do que seriam essas reivindicações. Desta forma, se tornou um movimento essencialista, pois excluía a realidade e as necessidades das mulheres que não viviam o mesmo contexto – mulheres de grupos marginalizados e oprimidos, de classes mais baixas, negras e imigrantes, por exemplo.

Ana Julia Cooper, uma mulher ex-escravizada que após anos de luta conquistou seus estudos de Ph.D, trouxe a debate no séc. XIX, a ideia de que a perspectiva de existir como mulher negra era diferenciada da perspectiva tradicional de existir como mulher branca, logo, suas demandas seriam diferentes. Além de Cooper, Sojourner Truth, mulher negra que foi escravizada também, em 1851, “[...] já alertava para a necessidade de desconstruir a noção da ‘condição universal de mulheres’ e a necessidade de incluir a situação das mulheres negras nos conceitos que abordam as mulheres.” (HAMILTON, 2018)

Apesar da manutenção da marginalização dos grupos oprimidos, mesmo dentro do movimento feminista, as mulheres que não eram representadas por ele não se privaram de buscar a sua própria emancipação. Intelectuais e ativistas inspiradas por intelectuais negras como Ida B. Wells¹ buscavam em outras formas e outras organizações o espaço

¹ Ativista estadunidense, jornalista e abolicionista.

que não lhes era dado no feminismo tradicional, e assim continuaram alimentando e investindo na sua busca por visibilidade.

A segunda onda do feminismo tradicional que ocorreu de 1960 a 1990 se caracteriza a partir da luta pela aprovação da *Equal Rights Amendment* nos Estados Unidos, que buscava igualdade civil independente de gênero. Pautas características desta onda são o fim da opressão do patriarcado, da violência doméstica e a aquisição de direitos sobre o próprio corpo (como acesso a contraceptivos, aborto e o próprio divórcio). Tais pautas levaram à defesa da ideia de que o que acontece no âmbito pessoal também é político, não há como desvincular os dois.

Neste período pós Segunda Guerra Mundial, estava em alta o pensamento antiguerra e certos movimentos sociais estavam ganhando força. Tais movimentos punham em pauta discussões sobre classes sociais, gênero, raça, pensamento anti-imperialista e o poder do estado e também defendiam um novo senso de comunidade e o direito a individualidade em questão de sexualidade, etnia, religião, ou qualquer outro marcador social, com o intuito de alterar as normas e os valores da sociedade. O feminismo da época foi fortemente influenciado por estes movimentos, e a partir desta influência o conceito de irmandade entre as mulheres surgiu, sugerindo uma união entre as diferentes mulheres para que suas demandas fossem conquistadas. Porém, ainda assim, esta irmandade era pensada por e para mulheres brancas, ocidentais e de classe média, logo, não era aplicável à realidade das mulheres que não possuíam tais características.

A segunda onda também tem como característica a produção teórica e o desenvolvimento da epistemologia feminista. Simone de Beauvoir, escritora, intelectual e ativista feminista, é uma das grandes referências nos estudos feministas da época. Em suas obras ela trouxe importantes reflexões sobre o que seria o ser mulher, iniciando um debate que perdura até os dias de hoje. Segundo ela, as mulheres eram enxergadas como algo material, perecível e corruptível, enquanto aos homens era concedida a ideia de que eles eram o símbolo do espírito, da inteligência, da razão, da cultura e da transcendência (BEAUVOIR *apud* HAMILTON, 2018). O conceito do que seria o ser mulher, então, é definido a partir do que não eram consideradas características masculinas. Enquanto aos homens era dada a imagem de sabedoria, força e de ter a capacidade de ação no mundo, as mulheres seriam o oposto disso, apenas um ser que possuía um corpo (que servia aos homens) e ao qual eram delegadas funções de suporte à missão masculina de alcançar o

potencial que o ser humano universal (sinônimo para homem) teria. Desta maneira, Beauvoir define a mulher como o Outro do homem. Assim, verificamos que era justamente a delimitação dos espaços em que as mulheres poderiam atuar que reforçava o sufocamento que as mulheres sofriam quando tentavam ocupar outros locais.

A terceira onda do feminismo ocorre na década de 90 e foi fortemente influenciada pelos pensamentos pós-coloniais¹ e pós-modernos². A visibilidade de certos movimentos como o feminismo negro e o feminismo chicano³ já era maior, e em decorrência das discussões fomentadas por eles, alguns conceitos foram questionados e desestabilizados; como por exemplo: os conceitos de gênero, corpo, sexualidade e heteronormatividade, assim como o conceito de mulher universal⁴ defendido pelo feminismo tradicional – que seria posteriormente chamado de feminismo global pelos pesquisadores brasileiros Cibele Araújo e Dennys Silva-Reis (2018), e segundo eles: “as primeiras críticas à universalização da categoria mulher vieram de ativistas negras que não viam suas demandas como mulheres e negras contempladas pelo feminismo hegemônico, primordialmente centrado nas contendas da mulher branca, ocidental e de classe média.”. Tais críticas influenciaram fortemente o pensamento feminista, fato que trouxe a debate questões inovadoras, como as ideias do feminismo local, que será abordado a seguir.

1.2.Feminismo local

A mudança que veio das críticas a certos conceitos que definiam as bases das diretrizes do movimento feminista, como a categoria de mulher universal, possibilitou contemplar as diferentes realidades as quais as diferentes mulheres vivenciam, além de buscar uma definição mais fidedigna do que seria de fato o ser mulher. Segundo a filósofa estadunidense Judith Butler (2011), a noção de que há uma unidade entre mulheres que seja prévia ao ideal de reconhecer o feminismo como um movimento que precisa ser local, no sentido de se caracterizar pelo contexto onde ele se dá, abre a possibilidade que aquelas

¹ O pensamento pós-colonial é caracterizado pelos estudos críticos do legado cultural do colonialismo e do imperialismo.

² O pensamento pós-moderno é caracterizado pelo rompimento de ideais, conceitos e teorias modernas. É marcado pelas reflexões causadas a partir de grandes mudanças sociais que ocorreram na segunda metade do séc. XX.

³ Feminismo chicano é como é chamado o movimento que tem como objetivo defender e garantir os direitos das mulheres mexicano-estadunidenses.

⁴ definido por Bracke, Morris e Ryder (2018) como: “[...] tentativas de busca de uma coletividade, de disseminação e de ressignificação de ideias que emergiam de diferentes contextos culturais, com vistas à construção de um debate global que, sobrepondo as peculiaridades locais, forjasse uma identidade feminina universal, transcultural.” (BRACKE; MORRIS; RYDER. *apud* ARAÚJO E SILVA-REIS 2018).

mulheres que já se encontravam em posições de mais visibilidade dentro do movimento mantivessem sua visibilidade e seu controle na definição do que seria essa unidade entre mulheres e desse diálogo que precisa acontecer para que as diferentes mulheres se encontrem em unidade. Para Butler:

Insistir a priori no objetivo de ‘unidade’ da coalização supõe que a solidariedade, qualquer que seja seu preço, é um pré-requisito da ação política. [...] Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas. Talvez o entendimento dialógico também encerre em parte a aceitação de divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo frequentemente tortuoso de democratização. A própria noção de diálogo é culturalmente específica e historicamente delimitada, e mesmo que uma das partes esteja certa de que a conversação está ocorrendo, a outra pode estar certa de que não. Em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas. De outro modo, o modelo dialógico corre o risco de degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam posições de poder iguais e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui o “acordo” e ‘unidade’, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos. Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva. (BUTLER, 2003, p. 24)

A incompletude essencial de Butler corrobora com a ideia de feminismo local dos autores Araújo e Silva-Reis:

Será o feminismo negro das estadunidenses que abrirá as portas para se pensar um feminismo particular, parcial e mais geograficamente ético. Uma vez considerado o feminismo negro dos EUA, tais ideias e ideais são tomados como prerrogativas para se pensar em outras mulheres [...], de tal ponto surge a concepção de feminismo local. (ARAÚJO e SILVA-REIS, 2018, p. 205)

De acordo com a citação acima é possível reconhecer a importância dos estudos que as mulheres negras desenvolveram (enquanto o feminismo tradicional se ocupava apenas das reflexões que o conceito limitado de mulher universal trazia), e também como a própria solidificação do feminismo negro provou a eficácia das ideias do feminismo local. Os autores apontam para a armadilha que o estudo focado nas experiências do feminismo negro estadunidense pode se tornar se este apenas substituir o feminismo tradicional como uma fórmula rígida a ser seguida por todos os feminismos, porém, ressaltam que o feminismo negro estadunidense pode ser um exemplo no sentido de como aprender a localizar as ações e ideais dos diferentes feminismos que surgem dos diferentes contextos vivenciados pelas mulheres.

Nesse sentido, a análise localizada e contextualizada faz-se relevante, pois, a depender da região, do período histórico e do contexto social e político, algum dos aspectos da opressão, seja ele raça, gênero ou classe, pode sobressair-se em relação aos outros, sem, contudo, mitigar a natureza interligada da opressão. (ARAUJO e SILVA-REIS, 2018, p. 208)

Os autores além de defenderem tais ideias, apresentam também a tradução como ferramenta de prática dos pensamentos trazidos pelo feminismo local:

A tradução, acreditamos, é uma das formas mais eficazes de escuta, aprendizagem e preparação para se responder ao feminismo hegemônico. Para além disso, não se pode considerar como mera transferência de discursos e saberes. Ela é também uma motivação, um impulso para realizar seu próprio discurso, sua própria ação. Nesse sentido, a tradução contribui não apenas com o enriquecimento das línguas e com a formação dos sistemas literários das culturas de chegada, mas promove a apropriação, a imposição, o compartilhamento de epistemologias inteiras. (ARAUJO e SILVA-REIS, 2018, p. 209)

É possível afirmar que devido ao histórico e contexto sociocultural do Brasil como um país latino-americano, a perspectiva do que seria e para que serviria um feminismo localizado atende as pautas reivindicadas pelas feministas brasileiras, assim como a utilização da tradução como instrumento de militância.

1.3.Feminismo latino-americano

Para pensar o uso de termos estrangeiros utilizados nos discursos das cyberfeministas brasileiras, é necessário considerar que o feminismo tradicional eurocêntrico do séc. XX influenciou a construção dos movimentos feministas na América Latina. A história latino-americana é marcada pela colonização, escravização e/ou genocídio de seus povos originários, causados por um processo opressor de machismo e racismo propagado pelos países europeus. Assim, o feminismo que surgiu a partir das demandas das mulheres brancas focadas nas questões de opressão que as atingiam em seu contexto europeu, não pode atender as necessidades e particularidades das mulheres que vivem na América Latina. As pesquisadoras brasileiras Renata Matos, Renata Lima e Délia Dutra no artigo chamado “Entre debates e embates: uma reflexão sobre epistemologias feministas latino-americanas” (2017), citando Espinoza¹, dizem que os meios de comunicação em massa e sistemas ideológicos tradicionais perpetuam a ideia de que a produção de conhecimento pertence aos países do norte do globo, e que os países do sul apenas o consomem. Tal conceito, enraizado há séculos a partir das colonizações e até hoje reforçado pelo imperialismo cultural, permitiu que mesmo em produções

¹ Filósofa, escritora e pesquisadora feminista dominicana.

feministas latino-americanas se reproduzissem ideias que não visavam a emancipação das mulheres em seus diferentes contextos, mas sim que mantinham as hierarquias de poder criadas pela relação colonizado-colonizador. Ainda citando Espinoza, elas dizem que:

[...] mesmo existindo uma preocupação relativamente antiga, a problemática das mulheres negras e indígenas foi e ainda é colocada como questão pontual, não ocasionando uma mudança estrutural nos feminismos latino-americanos. Obviamente, constata-se a existência de condições históricas que tem impedido o tratamento adequado desses sistemas de opressão. Isto faz com que, apesar de serem produzidos por feministas do sul, muitos estudos estejam alinhados ao ponto de vista epistêmico das correntes ‘do norte’. Ou seja, pautados por perspectivas dos estudos de gênero ancoradas em realidades bastante diferentes àquelas vivenciadas por grande parte das mulheres do continente latino-americano. (MATOS; LIMA; DUTRA, 2017, p. 179)

Lélia Gonzalez, intelectual, política, antropóloga e precursora das ideias do feminismo interseccional¹ no Brasil, foi uma ativista negra que lutou pelos direitos da população negra, principalmente pelos direitos das mulheres afro-brasileiras, descendentes de africanos que foram sequestrados e escravizados no Brasil por séculos. A autora, ao considerar o contexto do país e da América Latina, diz que:

Nosso empenho, portanto, se dá no sentido de que a sociedade brasileira ao refletir sobre a situação do seguimento negro que dela faz parte [...] possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Neste sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, neste continente chamado América Latina, quase não diferem da sociedade brasileira. (GONZALEZ, 2011, p. 12)

Desta maneira, Gonzalez chama a atenção para o fato de que é necessário pensar as pautas do feminismo a partir das particularidades das diferentes realidades dos países latino-americanos. Estas reflexões levam a percepção das necessidades das mulheres latino-americanas, e apenas essa percepção local é capaz de oferecer ferramentas que garantam a emancipação das mulheres da América Latina. De outra forma, será mantida a tentativa falha de solucionar questões singulares com ferramentas universais.

Neste sentido, o cientista político e pesquisador brasileiro Breno Cypriano discorre sobre as particularidades do contexto latino-americano, de maneira a evidenciar as semelhanças que os países latinos compartilham. O autor pontua que:

Na América Latina deveríamos agregar ditaduras, desaparecidos, paramilitares, guerrilhas, genocídios, fome, desemprego, desesperança. E as

¹ Carlos Henning (2015) diz que o feminismo interseccional busca “o deslocamento da obrigatoriedade de partir de um marcador específico para desenvolver a análise interseccional, para uma atenção localizada às configurações de diferenciações sociais e de possíveis desigualdades em termos contextualizados histórica e culturalmente.”

mulheres deveriam agregar ainda a feminização da pobreza, abortos clandestinos, violações, prostituição e assassinatos impunes. (CYPRIANO, 2013, p. 9)

Justamente por possuir um histórico complexo formado por inúmeras combinações de opressões originadas da colonização e suas expressões que duram até hoje, é necessário reconhecer que o nosso senso de identidade ainda é influenciado pelo pensamento epistemológico eurocêntrico. Entender esta dinâmica permite ao indivíduo que se atente às lentes usadas para enxergar o contexto em que se encontra, e caso essas lentes não sirvam para solucionar as problemáticas específicas da realidade percebida, procurar perspectivas que considerem as variáveis que constroem o contexto latino-americano. Apenas desta maneira é possível construir um feminismo local, real e que atenda às necessidades de todas as mulheres, por mais diferentes que sejam suas realidades. Corroborando com esta ideia, a teórica feminista e antropóloga dominicana Ochy Curiel (2009) diz que o feminismo latino-americano:

[...] supondrá superar el binarismo entre teoría y práctica pues le potenciaría para generar teorizaciones distintas, particulares, significativas que se han hecho en la región, que mucho puede aportar a realmente descentrar el sujeto euronorocéntrico y la subalternidad que el mismo feminismo latino-americano reproduce en su interior, sino seguiremos analizando nuestras experiencias con los ojos imperiales, con la conciencia planetaria de Europa y Norteamericana que definen al resto del mundo como lo OTRO incivilizado y natural, irracional y no verdadero¹. (CURIEL, 2009, p. 7)

1.4.Feminismo descolonial

A ideia de um feminismo descolonial, surge a partir do que Anibal Quijano (2008) chama de colonialidade de poder. Segundo Mendoza (2017):

Anibal Quijano (2008) cunha o termo da colonialidade do poder para descrever o padrão de poder que se estabelece com a coroa espanhola no século XVI, em todo território da América, e que logo se estende sobre todo o planeta, à medida que os poderes imperiais do ocidente se alternam no avassalamento do que conhecemos hoje é como gentes do terceiro mundo: ameríndios, africanos da África e do Caribe, América do Sul, Centro e Norte, asiáticos, árabes e mestiços. (Deveríamos acrescentar os aborígenes da Austrália e os maori de Nova Zelândia). Unido a seu conceito da colonialidade do poder, Quijano introduz "a ideia de raça", que (...) reordena os regimes de gênero preexistentes nas sociedades colonizadas e antes de sua colonização. Assim, o gênero fica subordinado à lógica de raça[...]. (MENDOZA, 2017, p. 757)

¹ “[...] significará a superação do binarismo entre teoria e prática, pois possibilitaria gerar teorizações distintas, particulares, significativas que vêm sendo feitas na região, que podem contribuir muito para realmente descentralizar o sujeito eurocêntrico e a subalternidade que o feminismo o latino-americano reproduz em seu interior, senão, seguiremos analisando nossas experiências com olhos imperiais, com a consciência planetária da Europa e da América do Norte que definem o resto do mundo como o OUTRO incivilizado e natural, irracional e falso.”. Tradução minha.

Pensar a ideia de gênero como subordinada à lógica de raça apresentada por Quijano, é entender que a colonialidade traz em si a noção de que, segundo Mendoza (2017), europeus (são) como a versão mais completa da evolução humana na história do planeta. De tal maneira, a lógica do pensamento dicotômico europeu caracterizou o não-europeu como o seu oposto: não evoluído. Para diferenciar os opostos gerados por este pensamento, a ideia de raça foi imposta, juntamente com as regras e definições de gênero existentes na sociedade europeia. A imposição de tais regras e definições e as consequências de tal imposição é chamada por María Lugones (2010) de colonialidade de gênero.

Lugones (2010), em seu artigo “Rumo ao feminismo descolonial”, diz que a solução para as problemáticas encontradas ao analisar a colonialidade de gênero, é o feminismo descolonial. A autora explica o processo de categorização a partir de dicotomias e que, influenciado pelo pensamento moderno¹, definiu as hierarquias impostas pelo colonialismo:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2010, p. 936)

As pessoas consideradas civilizadas carregavam em sua perspectiva ontológica a tendência a categorizar suas visões e interpretações de mundo, de maneira que os papéis de gênero foram alinhados às características das categorias dicotômicas.

A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também se tornou uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. [...] Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. (LUGONES, 2010, p. 936-937)

¹ “A modernidade nega [essa] existência ao roubar-lhes a validade e a coexistência no tempo. Esta negação é a colonialidade. Ela emerge como constitutiva da modernidade. A diferença entre moderno e não moderno torna-se – na perspectiva moderna – uma diferença colonial, uma relação hierárquica na qual o não moderno está subordinado ao moderno. Mas a exterioridade da modernidade não é pré-moderna.” (LUGONES, 2014, p. 943)

A colonialidade de gênero, apesar de ter seu início com o processo colonizador, não acabou quando os países subjugados se declararam independentes. Segundo Lugones, na verdade, hoje ela se encontra no centro do sistema de poder capitalista mundial. A autora diz que:

[...]o gênero é uma imposição colonial. Não apenas por se impor sobre a vida vivida em sintonia com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias, mas também por habitar mundos compreendidos, construídos. E, conforme tais cosmologias, animaram o ente-entre-outros/as em resistência a partir da diferença colonial e em sua tensão extrema. O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/ as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado. (LUGONES, 2014, p. 942)

A partir do reconhecimento da existência e do funcionamento da colonialidade de poder, Lugones diz que a práxis da feminista descolonial se dá na percepção das manifestações de tal realidade e na resistência a reproduzi-la.

Admitindo-se a realidade exposta através do conceito de colonialidade de gênero, é necessário que se pense os feminismos levando em conta tal fato. Com o advento das tecnologias, da internet e das redes sociais, o feminismo se estabeleceu também no ciberespaço, e percebe-se a partir das definições do que seria um ciberfeminismo, que tal movimento se mostra pertinente tanto para os objetivos dos movimentos feministas em geral quanto para estabelecer as ideias e a práxis dos pressupostos de um feminismo descolonial. A história do ciberfeminismo será abordada na seção seguinte, e mais a frente neste trabalho abordarei as ideias de um feminismo descolonial e de um ciberfeminismo que corroboram entre si.

1.5.Ciberfeminismo e o ciberespaço

Entre os anos 80/90, período de transição da segunda onda do movimento feminista tradicional para a terceira onda, a obra chamada “O Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX” de Donna Haraway foi publicada. Haraway, ativista feminista estadunidense, é conhecida como a precursora do movimento hoje chamado de Ciberfeminismo. Em seu manifesto, a autora apresenta o conceito de ciborgue¹ e também a ideia de que apesar de o ciberespaço não ser livre de ideologias, seria, segundo ela, o local onde os indivíduos poderiam não ser mais limitados pelas definições de gênero e pelos seus respectivos papéis na sociedade. A socióloga

¹ Deborah Lupton (2013) definiu ciborgue como “[...] a figure that challenges assumptions and binaries, that is politically disruptive, progressive and oppositional in its hybridity and liminality.”.

brasileira Vivian Urquidi (2002) diz, citando o pesquisador tunisiano Pierre Lévy, que o termo ciberespaço:

[...] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este universo, o que sugere, logo de início que este novo espaço é de sujeitos atuantes, antes que de passivos receptores, e o local da subjetividade: abriga não apenas ideologias, valores e manifestações intelectuais, como também é o local das emoções, intenções e projetos. (URQUIDI, 2002, p. 7)

O ciberespaço então é considerado como um local de atuação e existência que surgiu com o advento das tecnologias, mas que não se abstém de reproduzir nas suas diferentes formas de uso e de funcionamento as relações complexas e hierarquizadas pelas quais a sociedade se define. Segundo a cientista social e política Cláudia Ferraz:

A compreensão sobre as potências observáveis no conceito ciborgue do manifesto de Haraway para alcançar uma tecnologia feminista se faz relevante na era das redes sociais. Pois, dos feminismos mediados pelas tecnologias da comunicação pode se emergir a potência da resistência contra os enquadramentos normativos de moralidades que não se sustentam. A atuação para transformar a política, para Haraway, é urgente e carente de usar mutuamente a imaginação e a realidade como forças subjetivas de resistência. [...] E assim, transgredir as fronteiras se apropriando da técnica; não para dominação como nas sociedades industriais e sim para unidade mundial das pessoas que tentam resistir às imposições perversas das redes de poderes institucionalizados que subjagam, difamam, oprimem e matam: os socialmente estigmatizados, os quais não se enquadram nas formas normativas socialmente impostas. (FERRAZ, 2017, p.7-8)

De acordo com a pesquisadora brasileira Victoria Hernandes:

Ao menos no ambiente do ciberespaço, as ciberfeministas tinham em vista a libertação da mulher das amarras binárias sobre gêneros e imposições estéticas femininas, pois ao final do séc. XX, as tecnologias de comunicações não dispunham dos dispositivos que baixam fotos e imagens pessoais em redes sociais online. (HERNANDES, 2015, p.7)

A autora diz que o movimento ciberfeminista surgiu em um momento em que o ciberespaço “se constituiu em um panorama digital pouco amigável à presença feminina”. A este fato, Ferraz (2017) diz que o ciberfeminismo visa subverter “o uso do aparato digital; gerando informações, debates, agendas de manifestações e mecanismos de apoio às mulheres, [que são] vítimas de violências, assédios e estupro através da conexão em rede social”.

É como resistência e ressignificação à história da construção da tecnologia levando em seu bojo as estruturas políticas e mercado montadas sob a base patriarcal de valores, que se trabalha a hipótese dos feminismos atrelados à tecnologia das comunicações, se tornarem aliados para uma política das mulheres. (FERRAZ, 2017, p.8)

O ciberespaço, desta maneira, é reconhecido por possuir potência política na luta feminista, pois além de poder ser uma nova ferramenta para alcançar os objetivos do movimento, pode ser também um local de mudanças estruturais no comportamento da sociedade. Na última década as pautas feministas conquistaram grande território no ciberespaço e trouxeram visibilidade ao movimento de maneira a popularizar ideais e conceitos feministas antes não discutidos em grande parte do mundo, inclusive no Brasil. Julia Araújo (2016), pesquisadora brasileira, diz que:

No caso específico do Brasil, os discursos sobre as mulheres e os feminismos têm se desenvolvido cada vez mais através das possibilidades técnicas e socioculturais dos sites de redes sociais. A articulação de novas tecnologias e estratégias midiáticas tem permitido que jovens feministas se mobilizem e transitem entre diferentes plataformas, utilizando as especificidades de cada rede virtual para promover debates, disputar concepções, compartilhar conteúdos e aglutinar novos adeptos em torno de sua agenda. (ARAÚJO, 2016, p.3)

O ciberfeminismo então se caracteriza pela utilização do ciberespaço como ferramenta e também como local de atuação em prol da luta feminista.

Apesar de ser Haraway a autora da obra que influenciou e inspirou o surgimento do Ciberfeminismo, a mesma não chegou a nomear ou delinear as características que definiriam a identidade do movimento. Segundo Ferraz (2017):

[...] o movimento Ciberfeminista a princípio nasceu no final do séc. XX em Adelaide, uma cidade da Austrália, no momento em que um grupo de trabalhos e estudos composto por Josephine Starrs, Juliana Pierce, Francesca da Rimini e Virginia Barrat decidiram trabalhar com arte e teoria feminista francesa, além de prestarem homenagem a Haraway e seu conceito ciborgue em sua primeira obra-texto artística: *Vns Matrix* – Manifesto para o séc. XXI. Após algum tempo, esta onda atingiu grupos intelectuais e feministas localizados na Austrália, Estados Unidos e Europa, numa forma de resposta contra a cultura popular do jogo de vídeo, Internet e ideologia *ciber-punk*. (FERRAZ, 2017, p.10)

Desta maneira, a partir dos pensamentos de Donna Haraway e da práxis feminista, o movimento ciberfeminista se consolidou com o passar do tempo, a partir do desenvolvimento, expansão e melhorias da experiência e do uso do ciberespaço. A influência do ciberfeminismo na construção dos movimentos feministas não se restringe à onda causada pelo manifesto *Vns Matrix*. A construção de espaços no ciberespaço que permitem trocas entre as experiências feministas, encontros para debates e compartilhar informações importantes para se pensar as pautas feministas nos dias atuais corroboram com a construção de um feminismo descolonial, pois proporcionam referenciais aos quais às diferentes mulheres podem se identificar. A partir disto, se torna possível construir

uma luta feminista mais coerente com seu contexto histórico e social e que permita e fomente uma construção própria de conhecimento, ou seja, uma epistemologia que realmente leve em consideração as realidades das diferentes mulheres.

1.6.Estrangeirismos

Nesta seção, abordarei as concepções teóricas sobre os estrangeirismos, para então discutir a sua presença no ciberespaço e verificar quais são as repercussões do uso deles no contexto cyberfeminista brasileiro. Antes disso, porém, é preciso entender o que é o neologismo, o termo mais abrangente referente a estrangeirismos.

Neologismo é o nome dado à uma unidade lexical que por variados motivos é integrada ao léxico geral ou específico de uma língua como uma nova palavra. A pesquisadora brasileira Maria Ieda Alves (1984) diz que o linguista norte-americano Jean-Claude Boulanger (1979) “definiu a nova unidade lexical, o *neologismo*, como ‘uma unidade lexical de criação recente, uma nova aceção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema linguístico estrangeiro e aceita numa língua’” (*apud* ALVES, 1984, p.11). A partir desta definição, entende-se que uma palavra originária de um idioma estrangeiro pode ser considerada um neologismo, ou seja, uma palavra sendo utilizada por falantes de outro idioma que não o de origem da unidade lexical é considerada parte integrante da língua em que está sendo incluída. Este tipo de neologismo é chamado de estrangeirismo e segundo o pesquisador brasileiro Joaquim Mattoso Camara Jr. (1977), estrangeirismos são “os empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais empregados com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante” (*apud* ALVES, 1984, p.3).

Como exemplo, podemos usar a palavra *mouse*, designada para nomear uma ferramenta associada à informática. Tal área de especialidade foi, em sua maioria, desenvolvida por falantes da língua inglesa, logo, suas inovações foram nomeadas na língua falada por quem as estava estudando. Percebemos que com a facilitação ao acesso à área da informática, por exemplo, alguns termos dessa área de especialidade ao entrarem em contato com falantes da língua portuguesa do Brasil mantiveram sua escrita e/ou sua pronúncia preservada.

De maneira semelhante, termos advindos do desenvolvimento de estudos e teorias resultados dos estudos do movimento feminista e seus feminismos para construir uma epistemologia diferenciada daquela patriarcal e dominante também começaram a ser

adotados por falantes brasileiros da língua portuguesa ao começarem a tratar de pautas feministas.

1.6.1. O uso de estrangeirismos

De acordo com o pesquisador e linguista brasileiro Miguel Gois (2008), é possível perceber, ao analisar a evolução histórica do Brasil, uma supervalorização de elementos vindos de outras sociedades. O autor cita como exemplo as influências advindas de Portugal em razão da colonização, fala sobre as influências francesas que se deram posteriormente quando o país se caracterizou como uma potência hegemônica e então sobre a influência estadunidense, que posteriormente conquistou o mesmo poder hegemônico.

A língua então, de acordo com Gois (2008), se torna um instrumento de identificação dos diferentes grupos sociais que formam uma sociedade. Este fenômeno pode ser percebido no uso de empréstimos de línguas estrangeiras que deixaram de servir apenas para preencher lacunas criadas pela falta de equivalentes na língua portuguesa, e se tornaram parte da identidade cultural de certos falantes do português brasileiro. A identidade cultural que antes era marcada por fatores espaciais, etários, posição social e étnicos agora também é influenciada em sua formação por fatores externos aos da cultura local, advindos de sociedades com características culturais e linguísticas diferentes, que fazem parte das chamadas comunidades globais. O autor chama a atenção para a necessidade de reconhecer que:

[...] não se trata apenas de uma necessidade econômica ou de trabalho: as comunidades globais também interagem por meio de uma universalização de linguagem que certamente privilegia uma língua mais elitizada em detrimento de outra considerada menor expressiva. (GOIS, 2008, p.19)

Da mesma forma que há a universalização de certa língua por esta ser considerada mais elitizada do que outras, o uso de tal língua universalizada e privilegiada também privilegia quem a fala. Desta maneira, o uso de tal língua se torna tanto um marcador de identidade quanto uma possível forma de demonstrar hostilidade e desprezo em relação às pessoas que não fazem parte daquela identidade, pois fazer o uso ou não do léxico da língua universalizada em questão é prova da participação do falante em certas comunidades.

A partir deste contexto, neste trabalho focaremos nos estrangeirismos usados em contextos feministas no ciberespaço brasileiro. As ideias de Gois corroboram com a

crítica feita pelos feminismos negros, latino-americanos e descoloniais e buscamos ter uma compreensão sobre a adequação do uso dos estrangeirismos no contexto ciberfeminista.

2. METODOLOGIA

2.1 Origem da pesquisa

Este trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória, constituída por revisões bibliográficas, sobre o uso de estrangeirismos em discussões feministas no ciberespaço no português do Brasil. A partir das perspectivas encontradas nas obras consultadas, é realizada, neste trabalho, uma interpretação qualitativa sobre o que representa o uso de estrangeirismos em discussões feministas no ciberespaço, no contexto de um país latino-americano. Esta interpretação leva em consideração o que significa a necessidade que as mulheres consumidoras de conteúdos feministas no ciberespaço têm de glossários e dicionários online que facilitem o entendimento de certos termos empregados nos discursos feministas no ciberespaço.

A pesquisa foi resultado dos estudos promovidos pelas matérias Língua, léxico e terminologia 1 e 2 e também da percepção de que palavras estrangeiras estavam sendo utilizadas para descrever situações cotidianas experienciadas pelas mulheres. Tal percepção transformou-se em curiosidade quando nota-se que cyberfeministas brasileiras reuniram em glossários e/ou dicionários online tais palavras, de maneira a oferecer uma fonte de consulta às mulheres que se deparavam com os termos selecionados.

2.2 Procedimentos metodológicos

Desta maneira, foram selecionados 3 dicionários e/ou glossários a partir de uma participação orgânica nos espaços de militância feminista online, e a partir destas produções, 6 estrangeirismos que constam em pelo menos dois dos materiais de consulta selecionados. Após a verificação das acepções, foi desenvolvida uma reflexão baseada em uma perspectiva histórica e descolonial do movimento feminista, na definição do que são estrangeirismos, em como eles se dão na língua portuguesa brasileira e na análise de pesquisadores sobre o uso e significado do uso dos estrangeirismos no Brasil. A partir do resultado da análise das perspectivas citadas e também do contexto histórico-social do Brasil, as acepções selecionadas – que exemplificam o conteúdo feminista ofertado às mulheres que frequentam estes (ciber)espaços – são avaliadas de modo a garantir a adequação dos materiais de consulta oferecidos às ideias do que seria um cyberfeminismo brasileiro consciente de seu contexto e sua história.

3. RELAÇÕES QUE ENVOLVEM O USO DE ESTRANGEIRISMOS EM DISCUSSÕES FEMINISTAS ONLINE E SUAS PROBLEMÁTICAS

Ao analisar a história do movimento feminista, é possível notar a percepção por parte das ativistas feministas que não há como lutar por igualdade para as mulheres antes de se pensar quais são as características que compõem os seus contextos. As autoras Matos, Lima e Dutra dizem que:

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (MATOS, LIMA e DUTRA, 2017, p. 180)

Percebe-se que as pautas do movimento feminista tradicional não trouxeram à debate a realidade vivenciada por grande parte das mulheres que eram marginalizadas e invisibilizadas devido aos seus mais diversos contextos e características. A partir disto, é possível afirmar que o feminismo tradicional também não seria eficaz na realidade dos países da América Latina. Segundo Natalia Quiroga Díaz (2014), a América Latina persiste como a região mais desigual do mundo e essa desigualdade tem um efeito maior sobre as mulheres (DÍAZ apud MATOS; LIMA; DUTRA. 2017, p. 184).

A história de países latino-americanos como o Brasil é marcada por genocídios, exploração de povos, imposição de religiões, ditaduras, exploração de recursos naturais e escravização. Estas são características do processo colonizador que a América Latina sofreu como um todo. Levando em consideração a violência que caracteriza o processo colonizador, é necessário refletir sobre como a colonialidade de poder, conceito apresentado por Anibal Quijano, se mantém nos dias atuais, e sobre a maneira como isto pode influenciar a construção da identidade cultural do indivíduo brasileiro.

A colonialidade de poder se apresenta como um modelo de construção da sociedade, que também é apresentada como a melhor, que favorece países que há séculos exploram e se apropriam violentamente de terras e povos ao redor do globo. Ao refletir sobre este conceito de Quijano, Lugones (2014) diz que:

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero

e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. Pode-se notar como este vínculo é macabro e pesado em suas ramificações impressionantes. Também se pode reconhecer, com o alcance que estou dando à imposição do sistema moderno colonial de gênero, a desumanização constitutiva da colonialidade do ser. (LUGONES, 2014, p. 938)

Desta maneira, a autora introduz a ideia que surgiu a partir do conceito de colonialidade de poder de Quijano, chamada de colonialidade de gênero. De acordo com Lugones, a noção de gênero que é mantida na nossa sociedade tem raiz nos atos de dominação e de subjugação dos povos nativos das terras colonizadas. A partir deste fato, reconhece-se então como as práticas coloniais se impuseram no seio das sociedades construídas a partir da colonização, assim, a reconhece-se colonialidade de gênero como um fenômeno que caracteriza a definição de gênero como uma maneira de controlar e conquistar a população dos países colonizados.

A autora diz que, justamente pelo histórico de colonização, muitas produções e estudos feministas latino-americanos reproduzem o pensamento eurocêntrico, no sentido de manter a ideia de que os países do Sul do globo apenas consomem as ideias e ideais construídos nos países europeus (colonizadores), e também no sentido de enfraquecer os vínculos dos indivíduos com suas realidades – muito diferentes daquelas dos países colonizadores. Deste modo, percebe-se que é a partir da percepção de sua própria realidade que o indivíduo se torna capaz de reivindicar direitos que lhe estão sendo negados na tentativa de reproduzir uma estrutura social que foi construída para privilegiar certos grupos. Anibal Quijano (2008) diz que:

Para los países donde la colonialidad del poder es el fundamento real de las relaciones de poder, la ciudadanía, la democratización, la nacionalización, no pueden ser reales sino de modo precario en el modelo eurocéntrico de estado-nación. Los pueblos latinoamericanos tendremos que encontrar otra vía alternativa. (QUIJANO, 2008, p. 15)

Pensar a via alternativa mencionada por Quijano, quando se trata da realidade das mulheres latino-americanas, segundo Lozano (2014), é pensar no decolonizar-se. Segundo ela, “decolonizar-se significa um desprendimento do epistêmico europeu, pensar na própria história com categorias próprias, sendo reinterpretadas pelas realidades e experiências colombianas, que é de onde parte seu local de fala.” (2014). O feminismo descolonial se desenvolve quando, segundo as autoras Matos, Lima e Dutra:

[...] conceitos “convencionais” de reivindicações passam a ser revistos por grupos de mulheres que não se sentiam contempladas com o feminismo europeu e estadunidense. Dentro da proposta de se pensar além dos limites conceituais, as diversas formas de pensamento e resistências estão na construção de novas formas de conhecimentos e epistemologias. (LOZANO apud MATOS, LIMA e DUTRA, p. 181, 2017)

Assim, a ideia de feminismo local se apresenta pertinente ao contexto do feminismo latino-americano. A partir de uma perspectiva localizada e contextualizada é possível pensar em soluções aplicáveis para as opressões vividas pelas mulheres latino-americanas. Tal fato se prova quando se leva em consideração a história do feminismo negro nos Estados Unidos da América, onde as mulheres que não se encaixavam na categoria universal de mulher apenas conseguiram espaço para lutarem por sua emancipação quando reclamaram suas próprias pautas e apontaram o apagamento da sua existência que acontecia dentro do movimento feminista tradicional.

Ferraz (2017) ao falar de ciberfeminismo, também defende o feminismo local quando adiciona que o movimento precisa incluir em suas pautas discussões como racismo, lesbofobia, e exclusão, ou seja, é necessário levar em consideração as diferentes realidades das diferentes mulheres que existem na sociedade para que então o ciberfeminismo realmente se configure como um movimento que abrange as necessidades dos indivíduos que constituem o ser mulher. Lélia Gonzalez (1988) diz que “tratar da opressão da mulher latino-americana é refletir uma generalidade de elementos que oculta, mas ao mesmo tempo enfatiza a dura realidade vivida por milhões de mulheres que, por não serem brancas, pagam um preço muito alto.”.

Acompanhando a perspectiva localizada do feminismo local, Farias (2015), pesquisadora feminista brasileira, diz que o ciberfeminismo se organiza também a partir dos seguintes objetivos: “[...] disseminação de conhecimentos e saberes feministas, através de repositórios ou noticiários; realização de cursos online; articulação e mobilização para atividades e/ou ações feministas; formação e contato com outras redes de mulheres e feministas do mundo, entre outras.”. Como exemplo, podemos citar a movimentação online que ocorreu em novembro de 2015 quando o coletivo feminista brasileiro Não Me Kahlo sugeriu que as mulheres relatassem em suas redes sociais os abusos que sofriam cotidianamente usando a *hashtag* #MeuAmigoSecreto. A intenção era reproduzir o costume que alguns brasileiros praticam nas festas de fim de ano ao descreverem a pessoa que sortearam para presentear sem falar o nome, com o objetivo de que os outros participantes da brincadeira adivinhem. Neste caso, porém, as mulheres

descreveram suas experiências de abuso sem identificar o agressor. Araújo (2016) diz que “foi possível compor um mosaico com as denúncias e reflexões evocadas pelas mulheres que aderiram à campanha, promovendo o debate sobre o sexismo cotidiano em âmbito público e privado.”. Para a autora, o ciberespaço se tornou um lugar de práxis feminista pois as mulheres “[...] têm se articulado politicamente, promovendo análises críticas dos meios de comunicação tradicionais e de iniciativas legislativas conservadoras, além de compartilharem experiências pessoais e promover formação teórica e apoio mútuo.” (ARAÚJO, 2016).

A partir da perspectiva apresentada por Farias (2015), é possível identificar que *sites* como Geledes, e *blogs* como “Eu, tu, elas” e “Diário de uma feminista” que oferecem glossários e dicionários online de termos utilizados no feminismo, se caracterizam por terem como objetivo a disseminação de conhecimentos feministas. Compartilhar conhecimentos feministas de maneira eficaz é praticar o pensamento descolonial e as ideias defendidas pelo feminismo local, entendendo que cada local ocupado por uma mulher é definido por fatores variáveis e que sem exceção precisam ser considerados para a efetivação dos objetivos defendidos pelos movimentos feministas. Além de serem disseminadores de conhecimento e informação, os dicionários e glossários em sites feministas levam à reflexão sobre qual discurso representaria melhor os ideais defendidos pelos feminismos.

O contexto do uso de estrangeirismos por ciberfeministas brasileiras abordado aqui se delinea a partir do contexto brasileiro ao se considerar o Brasil como um país latino-americano ainda marcado por grandes desigualdades sociais advindas do período de colonização, escravização e genocídio do povo negro e dos povos originários. Um país que mostra uma democracia ainda frágil após apenas 35 anos do fim de uma ditadura militar que espelha um período ditatorial que a América Latina experienciou quase como um todo no séc. XX, fruto de um projeto político que visava a manutenção dos países do sul como subservientes aos países do norte do globo. Neste sentido, Matos, Lima e Dutra (2017) afirmam que:

Indagar a colonialidade do discurso feminista hegemônico, assim como a cumplicidade do feminismo hegemônico local com a perpetuação da ideologia eurocêntrica e com a continuidade do projeto colonialista na América Latina é um dos posicionamentos estabelecidos por Espinoza (2014). Estamos falando de confrontos entre as múltiplas articulações e rearticulações das diferenças de gênero, de classe, de etnia e culturais para distinguir outras reproduções de categorizações que muitas vezes se subvertem em essencialismos dentro das

conjunturas dos vários processos que desafiam as representatividades.
(MATOS, LIMA e DUTRA, p. 179, 2017)

Entende-se que além de se pensar o conteúdo das informações disseminadas em portais *online* feministas, é necessário pensar em como este conteúdo é disseminado, e se há a tendência de manter uma discussão deslocada da realidade e das características das consumidoras deste conteúdo, em razão das múltiplas articulações e rearticulações das diferenças mencionadas acima.

Quadro 1 – Definições de estrangeirismos

Estrangeirismos	Definição do Glossário de termos usados na militância feminista (atual) – blog Diários de uma feminista	Definição do Dicionário feminista – blog Eu, tu, elas	Definição do Glossário da problematização – portal Geledes
<i>Slutshaming</i>	“Comportamento social machista e misógino de tentar fazer uma mulher sentir vergonha de sua conduta/vida sexual. Por exemplo, as palavras puta e vadia são geralmente usadas para tentar envergonhar, inferiorizar, humilhar, limitar e culpabilizar a mulher de vida sexual ativa, que usa de sua liberdade sexual ou, ainda, que expressa sua sexualidade de forma semelhante (ou melhor) que a dos homens.”	“ <i>Slut-shaming</i> significa, literalmente, ‘perseguição de vadia’. É a ação de diminuir uma mulher e fazê-la se sentir culpada pelos seus comportamentos sexuais. Sabe quando você chama a mana de puta, rodada, galinha, vadia? Ou então quando você julga a mina porque ela está com uma saia curta demais? Pois é: isso tudo é <i>slut-shaming</i> e só piora a nossa relação com os nossos corpos, com o nosso prazer e umas com as outras.”	“[...] o <i>slut-shaming</i> é um movimento opressivo no qual se humilha e diminui uma mulher por sua vida sexual. Xingar uma mulher de vadia, vagabunda, puta, vaca, piranha, galinha, dizer que a roupa é “curta demais” ou “de perigete” e qualquer outra forma que tenha a ver com as atividades sexuais dela configuram <i>slut-shaming</i> . Esse tipo de comportamento é uma das “justificativas” absurdas da cultura de estupro: em algum momento você já ouviu pessoas dizendo que “ela estava pedindo” por causa da roupa, porque já fez sexo com muita gente e outras baboseiras do tipo. Sugestão: ver também os termos cultura do estupro e culpabilização da vítima.”
<i>Gaslighting</i>	“ <i>Gaslighting</i> é uma forma de abuso psicológico (ou violência emocional) no qual o abusador omite, distorce ou inventa informações ou dados para fazer a vítima (do abuso psicológico)	“É quando uma pessoa (geralmente em uma relação amorosa) te faz acreditar que você é psicologicamente instável. Aos poucos, você mesma vai acreditando nisso, o que	“O termo surgiu do filme <i>Gaslight</i> (1944) e é quando um(a) parceiro(a) constantemente questiona sua sanidade mental – normalmente te chamando de “louca”. Isso acontece geralmente

Estrangeirismos	Definição do Glossário de termos usados na militância feminista (atual) – blog Diários de uma feminista	Definição do Dicionário feminista – blog Eu, tu, elas	Definição do Glossário da problematização – portal Geledes
<i>Gaslighting</i>	duvidar de sua própria memória, percepção e sanidade.”	“pode realmente ferir a sua integridade psíquica.”	em relacionamentos amorosos abusivos.”
<i>Mansplaining</i>	“designa o comportamento do homem que dedica seu tempo para explicar algo óbvio a uma mulher, como se ela não fosse capaz de compreender porque é uma mulher. Apesar de não possuir uma adaptação/tradução direta, as expressões “homem-explicanista”, “homiexplicar” ou “homem-explicador” são usadas, muitas vezes, em português, para definir esse comportamento masculino.”	“É quando o homem quer explicar <i>tudo</i> para você, como se você fosse burra e não soubesse de nada direito – e nem tivesse capacidade de entender sozinha.”	
<i>Bropriating</i>	“designa o comportamento dos homens que roubam as ideias das mulheres, as usam e não dão os créditos. Não possui (ainda) uma tradução/adaptação termo a termo adequada ao significado original.”	“Acontece quando um homem ganha crédito por uma ideia que originalmente era de uma mulher.”	
<i>Maninterrupting</i>	“não possui (ainda) uma tradução/adaptação termo a termo adequada ao significado original. É usado para designar a atitude dos homens que interrompem constantemente a fala das mulheres, não as deixando concluir suas frases, pois acham que o que eles têm a dizer é mais relevante (androcentrismo).”	“É quando você tenta desenvolver uma ideia em uma discussão, mas é constantemente cortada e interrompida por homens.”	

Quadro 1 – Definições de estrangeirismos

Estrangeirismos	Definição do Glossário de termos usados na militância feminista (atual) – blog Diários de uma feminista	Definição do Dicionário feminista – blog Eu, tu, elas	Definição do Glossário da problematização – portal Geledes
<i>Revenge porn</i>	“em português, “pornografia de vingança”, é o ato de o homem divulgar gravações/fotos/vídeos íntimos de sua ex-companheira ou dos dois em momentos íntimos, e isto para humilhá-la, para expor a intimidade dela, como uma forma de vingança pelo fim do relacionamento, pois ele sabe que ela sofrerá misoginia e/ou <i>slut-shaming</i> .”	““pornografia de vingança’, um crime no qual uma pessoa vaza fotos ou vídeos íntimos de outra pessoa, geralmente por ‘vingança’ após um término de namoro.”	

Fonte: autoria própria. (2020)

O quadro 1 apresenta estrangeirismos encontrados em pelo menos dois dos três materiais de consulta de léxico (glossários e dicionários) dos sites mencionados previamente e seus significados de acordo com cada material de consulta como forma de exemplificar os termos estrangeiros utilizados em discussões ciberfeministas brasileiras. A palavra *slutshaming* é definida, pelo Glossário de termos usados na militância feminista (atual)¹ como:

“Comportamento social machista e misógino de tentar fazer uma mulher sentir vergonha de sua conduta/vida sexual. Por exemplo, as palavras puta e vadia são geralmente usadas para tentar envergonhar, inferiorizar, humilhar, limitar e culpabilizar a mulher de vida sexual ativa, que usa de sua liberdade sexual ou, ainda, que expressa sua sexualidade de forma semelhante (ou melhor) que a dos homens.” (SOUSA, 2015)

¹Disponível em: <http://diariosdeumafeminista.blogspot.com/2015/12/glossario-de-termos-usados-na.html?m=1>. Acessado em 21 de dezembro de 2020.



Figura 1¹

O mesmo glossário traz definição de outros termos, como a definição de *gaslighting*: “*Gaslighting* é uma forma de abuso psicológico (ou violência emocional) no qual o abusador omite, distorce ou inventa informações ou dados para fazer a vítima (do abuso psicológico) duvidar de sua própria memória, percepção e sanidade.” (SOUSA, 2015).

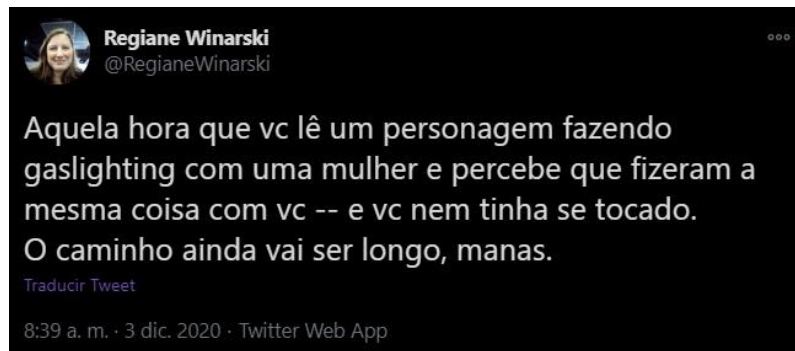


Figura 2²



Figura 3³

A definição de *mansplaining*, diz que a palavra:

¹ Disponível em: <https://twitter.com/luisapontozip/status/587621675371515904>. Acesso em 21 dezembro de 2020

² Disponível em: <https://twitter.com/RegianeWinarski/status/1334462165760217089>. Acesso em 21 dezembro de 2020

³ Disponível em: <https://twitter.com/tannyadelli/status/1251126540605276160> . Acesso em 21 dezembro de 2020

“designa o comportamento do homem que dedica seu tempo para explicar algo óbvio a uma mulher, como se ela não fosse capaz de compreender porque é uma mulher. Apesar de não possuir uma adaptação/tradução direta, as expressões “homem-explicanista”, “homiexplicar” ou “homem-explicador” são usadas, muitas vezes, em português, para definir esse comportamento masculino.” (SOUSA, 2015)

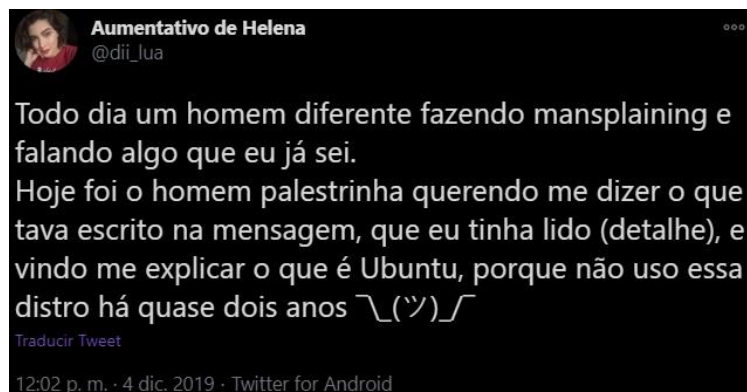


Figura 4¹

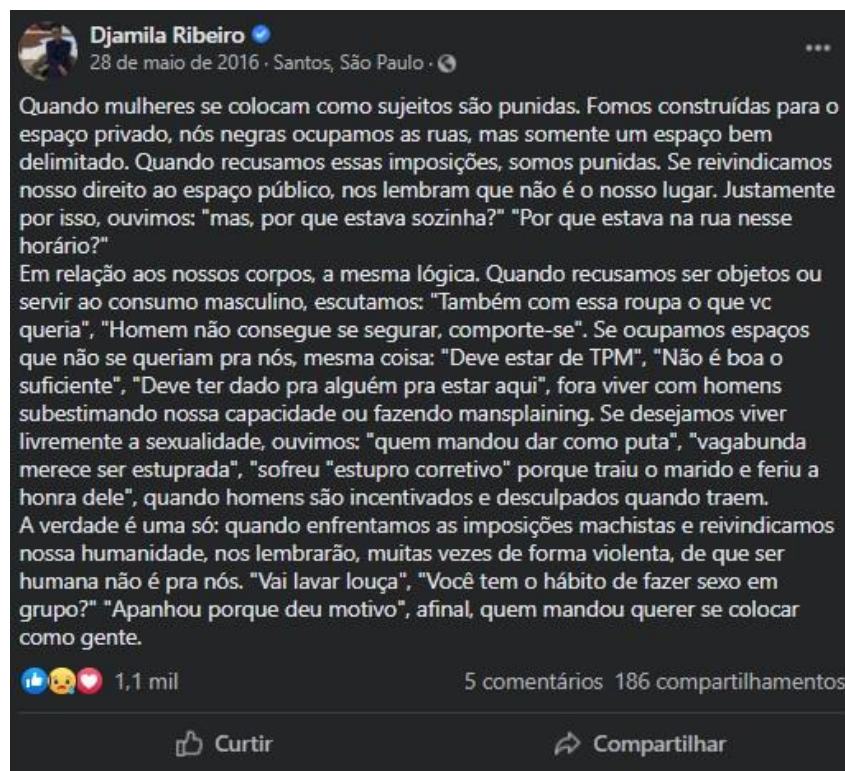


Figura 5²

¹ Disponível em: https://twitter.com/dii_lua/status/1202241772241465345. Acesso em 21 dezembro de 2020

² Disponível em: <https://www.facebook.com/djamilia.ribeiro.1/posts/1253618071338415>. Acesso em 21 dezembro de 2020

O glossário também apresenta a definição do estrangeirismo *bropropriating*, dizendo que o termo designa o comportamento dos homens que roubam as ideias das mulheres, as usam e não dão os créditos (SOUSA, 2015).

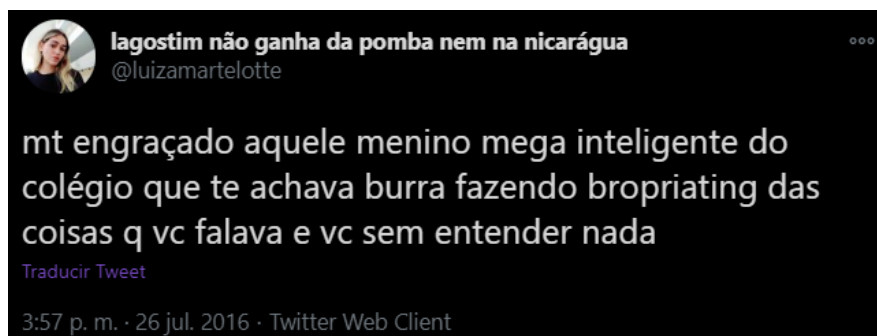


Figura 6¹

Outra palavra estrangeira identificada pelo blog Diários de uma feminista foi *manterrupting*, que segundo a autora, é usado para designar a atitude dos homens que interrompem constantemente a fala das mulheres, não as deixando concluir suas frases, pois acham que o que eles têm a dizer é mais relevante (androcentrismo) (SOUSA, 2015).



Figura 7²

O último termo selecionado do glossário é *revenge porn*, cuja acepção diz:

“[...] em português, “pornografia de vingança”, é o ato de o homem divulgar gravações/fotos/vídeos íntimos de sua ex-companheira ou dos dois em momentos íntimos, e isto para humilhá-la, para expor a intimidade dela, como uma forma de vingança pelo fim do relacionamento, pois ele sabe que ela sofrerá misoginia e/ou *slut-shaming*.” (SOUSA, 2015)

¹ Disponível em: <https://twitter.com/luizamartelotte/status/758013278626914304>. Acesso em 21 dezembro de 2020

² Disponível em: <https://twitter.com/elalol/status/1137737027787657216>. Acesso em 21 dezembro de 2020

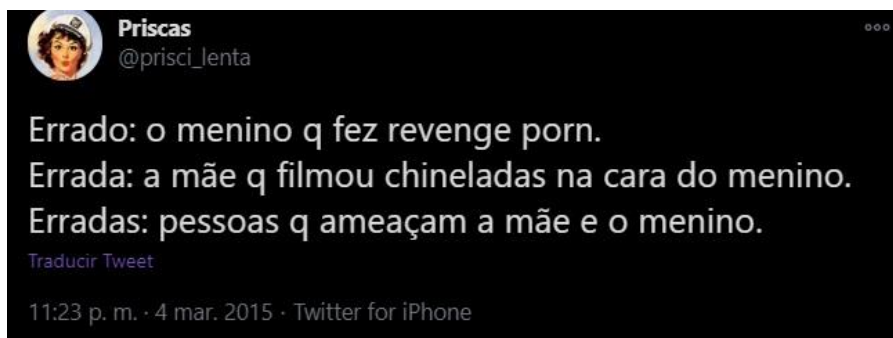


Figura 8¹

Os termos *mansplaining*, *gaslighting*, *maninterrupting*, *bropropriating* e *revenge porn* também foram definidos pelo Dicionário feminista do *blog* Eu, tu, elas². *Slutshaming*, segundo ele, é:

“‘perseguição de vadia’. É a ação de diminuir uma mulher e fazê-la se sentir culpada pelos seus comportamentos sexuais. Sabe quando você chama a mana de puta, rodada, galinha, vadia? Ou então quando você julga a mina porque ela está com uma saia curta demais? Pois é: isso tudo é *slut-shaming* e só piora a nossa relação com os nossos corpos, com o nosso prazer e umas com as outras.” (COSTA, 2016)

Já o termo *gaslighting* é definido, neste dicionário, por quando uma pessoa (geralmente em uma relação amorosa) te faz acreditar que você é psicologicamente instável. Aos poucos, você mesma vai acreditando nisso, o que pode realmente ferir a sua integridade psíquica. (COSTA, 2016). A definição do estrangeirismo *maninterrupting* é apresentada como quando você tenta desenvolver uma ideia em uma discussão, mas é constantemente cortada e interrompida por homens (COSTA, 2016). A palavra *bropropriating*, representa uma situação que acontece quando um homem ganha crédito por uma ideia que originalmente era de uma mulher (COSTA, 2016). Outro termo estrangeiro utilizado em discussões ciberfeministas é *revenge porn*, designada para definir a ‘pornografia de vingança’, um crime no qual uma pessoa vaza fotos ou vídeos íntimos de outra pessoa, geralmente por ‘vingança’ após um término de namoro (COSTA, 2016). O Glossário da

¹ Disponível em: https://twitter.com/prisci_lenta/status/573307862077857792. Acesso em 21 dezembro de 2020

² Disponível em: <https://feminismonapratica.wordpress.com/2016/01/24/dicionario-feminista/>. Acesso em 21 dezembro de 2020

problematização do Portal Geledes¹ também apresenta definições para dois dos termos citados acima, o primeiro é o termo *slutshaming* definido como:

“[...] um movimento opressivo no qual se humilha e diminui uma mulher por sua vida sexual. Xingar uma mulher de vadia, vagabunda, puta, vaca, piranha, galinha, dizer que a roupa é “curta demais” ou “de periguete” e qualquer outra forma que tenha a ver com as atividades sexuais dela configuram *slut-shaming*. Esse tipo de comportamento é uma das “justificativas” absurdas da cultura de estupro: em algum momento você já ouviu pessoas dizendo que “ela estava pedindo” por causa da roupa, porque já fez sexo com muita gente e outras baboseiras do tipo. Sugestão: ver também os termos cultura do estupro e culpabilização da vítima.” (KIMURA, 2016)

O último termo apresentado no quadro 1, disponível no anexo 1 deste trabalho, foi o termo *gaslighting*, cuja definição é: “o termo surgiu do filme *Gaslight* (1944) e é quando um(a) parceiro(a) constantemente questiona sua sanidade mental – normalmente te chamando de “louca”. Isso acontece geralmente em relacionamentos amorosos abusivos.” (KIMURA, 2016).

A língua faz parte do patrimônio cultural de um povo e certamente são expressados em seu uso o contexto histórico, social e político de quem a fala. Em seu artigo “A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação”, Gois (2008) diz que a construção da identidade cultural de um indivíduo é um processo complexo e contínuo, sujeito ao contexto em que este se encontra. O autor adiciona ainda que:

Com a evolução tecnológica respaldando-se nos meios de comunicação, a possibilidade de um indivíduo consumir bens produzidos em outras culturas e incorporar no seu cotidiano esses bens é bem maior. Obviamente há de se considerar o equívoco de se assimilar uma realidade de valores que acarrete um enfraquecimento de vínculos com a realidade do indivíduo. (GOIS, 2008, p.28-29)

Influenciados pelos ensinamentos que a militância do movimento feminista negro, a ideia de feminismo local e os feminismos latino-americanos trouxeram para a luta feminista, é possível afirmar que adotar um discurso que usa uma linguagem composta por elementos que perpetuam a manutenção da colonialidade de poder e de gênero não

¹Disponível em: <https://www.geledes.org.br/glossario-da-problematizacao-o-que-significam-os-termos-usados-em-discussoes-feministas/>. Acesso em 21 dezembro de 2020

serve aos propósitos feministas. O movimento composto pelos diferentes e únicos feminismos que existem na atualidade entende que - a partir de um histórico de aprendizado com as falhas que o movimento feminista traz consigo e também pela percepção das necessidades das mulheres em toda a sua pluralidade de existência - é necessário levar em consideração o contexto multifacetado em que as mulheres vivem para então adaptar, de acordo com o entendimento de mundo destas mesmas mulheres, o discurso, as pautas e as estratégias adotadas pelos feminismos.

A partir desta perspectiva, é possível ver a tradução como uma ferramenta da prática feminista descolonial, no sentido de disseminar conhecimentos e ao mesmo tempo interromper possíveis discursos dominantes.

De fato, tanto a empatia quanto o conhecimento de outros feminismos só são possíveis pelo viés da interculturalidade, pela recepção das inúmeras culturas femininas e feministas. É pela interculturalidade que são criadas passarelas de recepção da Outra, da alteridade. É também pela interculturalidade que se busca a construção de uma identidade própria, única e intransferível. O não conhecimento da Outra, de outros grupos, é a grande armadilha para a homogeneização e a universalização de um feminismo único. E uma das práticas e, talvez, das ferramentas mais eficazes para descentralizar, categorizar, socializar os endogrupos femininos e feministas é a tradução. (ARAUJO E SILVA-REIS, 2018, p. 207)

Segundo os autores Araújo e Silva-Reis (2018, p. 209), para além do fato de ser uma prática de escuta e de aprendizagem, a tradução também é vista como um impulso para pensar o próprio discurso e a própria realidade, pois “a tradução contribui não apenas com o enriquecimento das línguas e com a formação dos sistemas literários das culturas de chegada, mas promove a apropriação, a imposição, o compartilhamento de epistemologias inteiras.”. Os autores ainda dizem que:

Segundo Sônia Alvarez (2009), uma tradutora é uma mediadora cultural, uma agente de transculturação, porque ela desfigura, deforma e transforma a cultura e/ou a disciplina que recebe, desestabiliza noções de raça, classe, sexualidade, gênero e políticas locais e cruza fronteiras homogeneizadoras dos sujeitos. (ARAUJO E SILVA-REIS, 2018, p. 213)

Ao pensar sobre a afirmação acima citada, a partir da perspectiva de um feminismo localizado, percebe-se que, de fato, a tradução é reconhecida como uma maneira de levar conhecimento de maneira que este conhecimento seja entendido por quem é alcançado por ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma análise dos fatores que constroem a relação do uso de estrangeirismos em discussões ciberfeministas brasileiras no ciberespaço. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica dos conceitos de estrangeirismos e ciberespaço, além de uma revisão da história dos movimentos feministas, que a partir de ideias como a colonialidade de gênero e o feminismo local, possibilitaram uma reflexão sobre a interação de todos estes fatores no contexto brasileiro. Percebe-se, então, a partir desta análise, que reconhecer o ciberespaço como local e ferramenta da práxis feminista é necessário, assim como questionar como tal local e ferramenta estão sendo usados dentro de seu contexto histórico-social e como tal movimento, chamado de ciberfeminismo, pode ser e é influenciado pelas características das pessoas que o constroem.

As reflexões acima mencionadas levaram à percepção da existência de glossários e dicionários *online*, oferecidos e criados por ciberfeministas brasileiras com o objetivo de facilitar o entendimento das mais diferentes mulheres em seus diferentes contextos das discussões que estavam sendo fomentadas em seus portais ou *blogs*. A existência destes materiais de consulta sugere uma demanda da parte das pessoas que consomem o conteúdo destes portais e blogs de entendimento e identificação com as palavras utilizadas nestes lugares. A partir desta demanda, surge a curiosidade de entender como funciona o uso de estrangeirismos na língua portuguesa do Brasil e como se dá esta relação a partir da leitura de produções de linguistas brasileiros.

Constata-se que o discurso adotado pelos falantes de uma língua reflete diretamente o contexto de onde esta comunidade de falantes se encontra e quais são as relações de poder que constroem este contexto. A partir do entendimento de que o Brasil é um país latino-americano, que sofreu um processo de colonização violento que incluiu genocídio de povos inteiros e escravização de pessoas, processo tal que impôs um pensamento dicotômico que caracteriza a relação de colonizado-colonizador como uma relação de inferior-superior, e também de que o Brasil faz parte de um continente historicamente explorado, percebe-se que em sua estrutura social há uma manutenção de tais pensamentos dicotômicos. Desta maneira, para que tais amarras sociais e teóricas não impeçam mais que uma epistemologia que realmente represente os países da América Latina e seus movimentos sociais se desenvolva, há a necessidade de reconhecer a existência de tais amarras e seus funcionamentos, para que nos atentemos à nossa

realidade de maneira crítica, para praticar aquilo que realmente nos serve como cidadãos latino-americanos.

Na práxis feminista é imensamente necessário que haja tal conscientização, quando se reconhece que as mulheres, em toda sua pluralidade, são historicamente oprimidas e marginalizadas neste modelo de sociedade imposto a partir da colonização. É necessário tomar consciência de como cada mulher, ocupante de um local específico e parte de um contexto específico é atingida por tal realidade. A práxis do feminismo local se apresenta como pertinente tanto para luta de um feminismo descolonial, quanto para um feminismo latino-americano.

O uso de estrangeirismos se caracteriza como consequência da colonialidade de poder, que existe fortemente em nossa sociedade, afetando as mulheres brasileiras e seu acesso a discussões sociais, como as proporcionadas pelo ciberfeminismo. Como foi apresentado, reconhece-se a tradução como uma ferramenta para lidar com as problemáticas que envolvem o uso de estrangeirismos em discussões feministas *online*. Tal ferramenta tem sido utilizada organicamente por muitas ciberfeministas, de forma que é possível encontrar materiais de consulta que tem como objetivo garantir o direito ao acesso à informação de todas as mulheres.

Desse modo, se apresenta pertinente a reflexão sobre o uso de estrangeirismos em discussões ciberfeministas brasileiras, no sentido de buscar entender o que tal uso representa no contexto histórico-social do Brasil e como este uso afeta as mulheres brasileiras que utilizam o ciberespaço como local e ferramenta da práxis feminista. Espera-se que este trabalho se apresente como útil e pertinente para os estudos do movimento ciberfeminista brasileiro e na busca por soluções das relações complexas que constroem tal realidade, de maneira que contribua para todos os tipos estudos acerca deste tema. Ademais, se apresenta como necessário o maior desenvolvimento desta pesquisa em programas de pós graduação que poderão subsidiar o aprofundamento da reflexão apresentada.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. Integração de neologismos à língua portuguesa. **Alfa: Revista de Linguística**, V. 28 Suplemento, 1984.

ARAÚJO, J. #MeuAmigoSecreto: Hashtag como ferramenta de coalização ativista e produção de memória em redes sociais. IV Encontro Regional Sudeste de História de Mídia. 2016

ARAÚJO e SILVA-REIS. Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador. *Descolonizar o Feminismo*, p. 205-217, 2018.

BUTLER, J. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. 1ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, T. Dicionário feminista. Eu, tu, elas, 2016. Disponível em: <https://feminismonapratica.wordpress.com/2016/01/24/dicionario-feminista/>. Acesso em 21 de outubro de 2020.

CURIEL, O. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista*, Buenos Aires, 2009.

CYPRIANO, B. Construções do pensamento feminista latino-americano. *Revista Estudos Feministas*. Vol.21 N.1, p.11-39. 2013.

FARIAS, L. Comunicação e feminismo: experiências ciberfeministas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre as Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

FERRAZ, C. Ciborgues e Ciberfeminismos no Tecnocapitalismo; A atuação feminista mediada pela tecnologia. XXXI Congresso ALAS, 2017.

GOIS, M. A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação. *Revista Philologus*, Ano 14, Nº 40. Rio de Janeiro, 2008.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de formação Política do Circuito Palmarino nº1*, Brasil, p. 12-20, 2011.

HAMILTON, N. Rompendo o ciclo da violência: vozes femininas na literatura contemporânea afrodescendente. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília. 2018.

HENNING, C. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais de diferença. *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, p. 97-128. 2015

HERNANDES, V. Ciberfeminismo e Multilinguismo: A Ausência de Línguas Indígenas na Internet. Monografia (Graduação em Letras – Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação), Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2015

KIMURA, G. Glossário da problematização: o que significam os termos usados em discussões feministas. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/glossario-da-problematizacao-o-que-significam-os-termos-usados-em-discussoes-feministas/>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Hypatia*, V. 25 N. 4, p. 935-952, 2010.

LUMPTON, D. The Digital Cyborg Assemblage: Haraway's Cyborg Theory and the New Digital Health Technologies. *The Handbook of Social Theory for the Sociology of Health and Medicine*. 2013

MATOS, R., LIMA, R. e DUTRA, D. Entre debates e embates: uma reflexão sobre epistemologias feministas latino-americanas. *Revista de estudos e pesquisas da América*. Volume 11 N. 1, p. 178-190. 2017.

MENDOZA, B. A epistemologia do sul, a colonialidade de gênero e o feminismo latino-americano. *Traduções da Cultura – Perspectiva crítica feminista*. 1ª edição, Editora da UFSC, Florianópolis, p. 753-776, 2017.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. *Trayectorias: revista de ciencias sociales de la Universidad Nacional de Nuevo León*, N. 7, p 58-90, 2002.

RAMPTON, M. *Four Waves of Feminism*. Pacific Magazine, 2015. Disponível em: <https://www.pacificu.edu/magazine/four-waves-feminism>. Acesso em 19 de novembro de 2020.

SOUSA, L. Glossário de termos usados na militância feminista (atual). Disponível em: <http://diariosdeumafeminista.blogspot.com/2015/12/glossario-de-termos-usados-na.html?m=1>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

URQUIDI, V. Ciberespaço e novos movimentos sociais. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002.